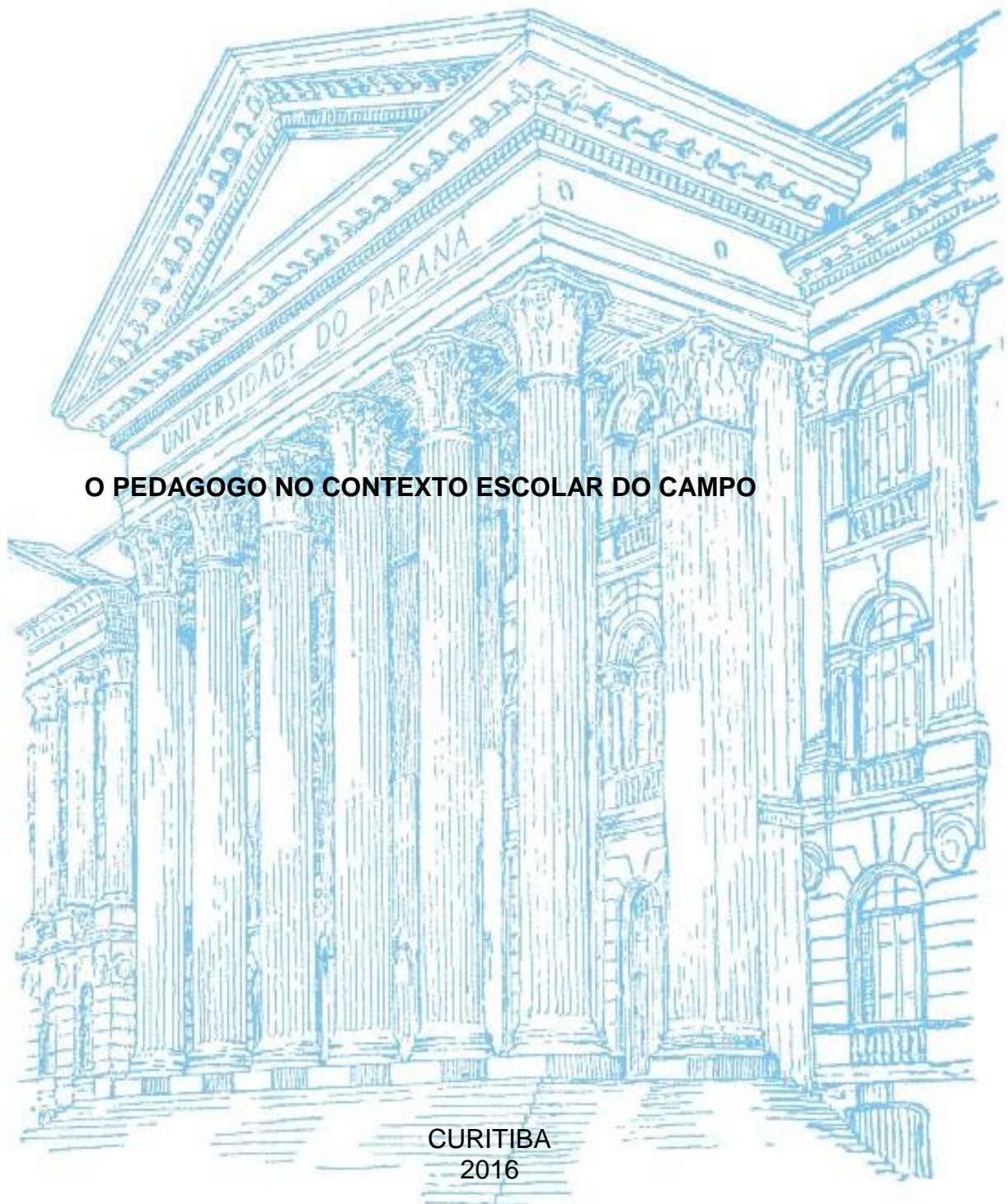


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ILMA PEREIRA DE SOUZA ZAMBONI



O PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR DO CAMPO

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ILMA PEREIRA DE SOUZA ZAMBONI



O PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR DO CAMPO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Danielle Marafon

CURITIBA
2016

O PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR DO CAMPO

Ilma Pereira de Souza Zamboni*

RESUMO

Por entender que a profissão do Pedagogo é fundamental para a qualificação da educação pública, esta pesquisa tem como objetivo compreender a função do pedagogo no contexto escolar do campo, e as necessidades educacionais dessa comunidade a partir do contexto histórico da educação do campo, sua realidade e vivência dos sujeitos na escola. Com isto, levantou-se como problemática qual a função do pedagogo na escola do campo, no qual, se apresenta o trabalho desenvolvido in loco sobre a realidade da função do pedagogo na Escola Estadual do Campo Centrão - EIFMP no município de Querência do Norte – Paraná, uma Escola Estadual fruto de muito empenho dos movimentos sociais, com pessoas assentadas de várias regiões do estado do Paraná, em que a entrevista com o pedagogo da escola, demonstra as necessidades e ações desse profissional no contexto escolar da educação do campo, fazendo uma análise a partir de dados coletados e analisados, embasado em autores como Arroyo (2005), Souza (2008), entre outros que serviram de base para compreensão dessa pesquisa.

Palavras-chave: pedagogo, escola, campo, educação.

*Artigo produzido pela aluna Ilma Pereira de Souza Zamboni, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Danielle Marafon. E-mail: ilma.zamboni@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo conquistou um lugar nas agendas das políticas públicas na esfera Municipal e Estadual, porém a princípio, não foram demandas nascidas de uma visão de educação necessária para o homem do Campo de forma refletida e analisada a luz das políticas públicas, isto porque, esse fruto demanda principalmente de lutas de movimentos sociais de trabalhadores rurais, que organizaram-se em busca de uma educação mais próxima de seus filhos e necessidades educacionais dos mesmos. E por meio dessas lutas, abre-se então, a discussão de uma educação do campo que expresse uma concepção de educação para o trabalhador do campo, camponês ou trabalhador rural, de forma a fortalecer a identidade do homem do campo. E nessa conquista, vieram os contrapontos diante da visão do trabalhador do campo, como atrasados, arcaicos o que em muitos momentos do contexto histórico da educação do campo, foi vista de forma simplificada, com trabalhos voltados para os conhecimentos da vida prática social dos camponeses, enfatizando o trabalho do campo, como moradia, lazer, identidade, enfim, como local de novas possibilidades de reprodução social do homem do campo.

E foram por meio dos Movimentos Sociais que essas iniciativas foram mudando aos poucos se tornando uma Política Pública com Educação de Qualidade para o homem do campo, o que demandaram do Estado mais iniciativas de oferta de educação, com mais qualidade ao homem do campo, provocando outras demandas de profissionais com formação para as escolas do campo, por isso organizaram eventos e seminários objetivando a discussão e construção de Políticas Públicas de Educação do Campo para os professores que trabalhavam em escolas do campo. Essas iniciativas vieram para atender a necessidade de professores com orientações sobre as necessidades educacionais do campo, no sentido de promover essa educação buscando suprir inquietações do homem do campo, desenvolvendo ações na escola que favoreça esse trabalho de reflexão sobre a práxis, criando meios para construção de nova concepção de educação que prime pelos movimentos sociais que acreditam no espaço educativo como lugar de promover sua cidadania.

Dai a importância do Pedagogo do Campo, que tenha essa formação para que junto com os professores e comunidade escolar possa discutir, acompanhar e

favorecer planos de ação, que promovam uma educação de qualidade voltada para as necessidades educativas do educando do campo.

Colaborar para uma educação do campo, com conhecimento científico sério, bem organizado e sistematizado, com professores que valorizam a vivência e experiências do campo, que discutem os avanços dos direitos do campo, que estruturam currículos que mantenham ativas as necessidades e raízes culturais do campo. Como dizia Paulo Freire: “Temos que ser aprendizes do campo, no campo”.

Assim a área de atuação do pedagogo do campo tem sido amplamente discutida nos cursos de formação pedagógica em eventos de Seminários sobre a educação do campo, por entender que este profissional é fundamental para a qualificação da educação pública, por ter a função de definir junto à comunidade escolar a função educativa da escola. Portanto é objetivo dessa pesquisa compreender a função do pedagogo no contexto escolar do campo, traçando um paralelo entre realidade do campo, trabalho do pedagogo e demais profissionais dessas escolas, considerando a comunidade do campo e as necessidades das comunidades a partir do histórico da educação do campo.

2. História e perspectiva do campo

2.1 A Educação do campo

A educação do campo em sua história até a metade do século XX não era vista como importante e necessária ao morador do campo. Não objetivava fixar o homem ao campo. Pensando nessa necessidade, na década de 1996, com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, conquista-se o reconhecimento dessa comunidade, devido suas necessidades e singularidade do campo, estabelecendo e orientando ações a partir de um instrumento legal para afirmar um trabalho próximo da realidade do campo, como exemplificam em seus artigos.

Assim, a LDB 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; I- organização escolar própria, incluindo a

adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; I- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Como podemos observar nesses incisos do artigo 28, há uma preocupação com as questões políticas, educacionais, culturais e sociais da educação do homem do campo, enfatizando uma educação básica para toda população que vive no campo. Portanto, não é só garantir a educação por meio de um discurso e sim dentro daquilo que está nas leis, que possa flexibilizar desde os calendários e currículos das escolas do campo, com o objetivo de garantir que o homem do campo tenha o direito de ser educado no lugar onde vive; é colocar a educação do campo no campo da política pública, do Estado, e não somente deixar por contas dos movimentos sociais, para entender que o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. (Caldart, 2002).

Nesse sentido entendemos que ao valorizar a escola do campo e o modo de ser e pensar sua cultura temos que reconhecer também que a pedagogia do campo deve contribuir para a formação de sua comunidade desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético. Por isso, dever do Estado, direito do educando, dever do educando, direito estabelecido de educação no campo dos direitos, recursos públicos, professores públicos e escolas públicas, para que se possa então discutir políticas públicas do campo. Fato que tem sido tema de discussão nos seminários e congressos para a educação do campo presentes na Constituição de 1988, na LDB, em legislações, decretos e pareceres, que contribuem para a educação no campo.

Trata-se de combinar pedagogias, de modo de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memória, saberes, sabedoria; que enraíze sem necessariamente fixar as pessoas em sua cultura, seu lugar, seu modo de pensar, de agir, de produzir; uma educação que projete movimento, relações, transformações...(ARROYO, 2005, p.156).

No artigo 28 LDB 9394/96, entendemos que se busca organizar os currículos das escolas para servir de base para orientação e adaptações dos objetivos e conteúdos nas escolas do campo, ao que em Baptista (2003), analisamos que alguns erros foram cometidos quando não levaram em consideração os aspectos como a formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que

regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar para uma boa qualidade para os jovens do campo. Para isto muitos congressos e seminários, desde os anos 90, vêm discutindo a criação de diversos espaços de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, organizado pelo MST. Eventos que foram necessários para se pensar em uma educação pública de qualidade para a comunidade que vivem no campo, que possa ser voltada ao contexto social, político, econômico e cultural na sua realidade local.

Mas para se chegar ao que é hoje, ela passou por um longo trajeto, que desde 1998, vem articulando ações e eventos, como a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, que desde aquele período vem promovendo ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Outras conquistas também valem ser consideradas como a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD, 2004) entre outros que colocaram a escola do campo em movimento. Trabalhos que vieram efetivar o;

(...) o direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo denotam um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, presente e que respeite e valorize a diversidade humana, contribuindo assim com a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária. (BRASIL, 2002, p 13).

No Estado do Paraná esses movimentos sociais, conquistaram escolas de Ensino Fundamental e Médio nos Assentamentos e Ensino Profissionalizante e Superior em escolas que atendam a especificidade da educação do campo, mas encontrou muitos limites para garantir a escola no período do acampamento.

Em 1995 e 1996, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da luta organizada, as famílias acampadas, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à educação, conseguiram a legalização da experiência da Escola Itinerante que já existia nos acampamentos. Para isso foi elaborado a Proposta Pedagógica envolvendo o Setor Estadual de Educação do MST e a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul.

Durante a elaboração da proposta buscou-se encontrar um nome que sintetizasse a principal característica desta escola, que é estar em movimento, sendo definido como ITINERANTE.

Essa Escola Itinerante, não nasceu com sua criação oficial. Desde os primeiros acampamentos, o MST trabalhou a educação das crianças e adolescentes, sempre com educadores que faziam parte do próprio acampamento. Contudo, havia muita dificuldade em negociar com as prefeituras a regularização da escola. Além disso, como o acampamento pode mudar de lugar, pois é um tempo de espera, de luta, as crianças acabavam perdendo o ano letivo. E ainda, muitas vezes, a educação trabalhada nos acampamentos não era reconhecida nos espaços oficiais.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul após ler, estudar e analisar cuidadosamente a Proposta Política Pedagógica da Escola Itinerante realizou visitas aos acampamentos para constatar o trabalho realizado e a forma de educação que vinha sendo ministrada nas condições de acampamento.

Em 19 de novembro de 1996, essa proposta foi aprovada, unanimemente, pelo Conselho estadual de Educação do RS, como “Experiência Pedagógica” de Escola Itinerante por dois anos. A partir daí, em cada novo acampamento implantava a Escola Itinerante. Mediante relatório, a experiência foi prorrogada sendo que atualmente a escola é oficializada.

Tendo sido reconhecida, o CEE aprova-a em 23/12/2002, com amparo das Constituições Federal e Estadual, que compreendem a Educação como “um direito de todos e um dever do Estado”; do ECA que garante a universalidade do acesso e permanência, a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e da LDB 9394/96. Mesmo com todo o amparo prescrito na LDB, em (PARANÀ, 2006, p. 2), se entende que “não basta ter escolas no campo, queremos ajudar a construir escolas do campo, ou, seja, escolas com Projeto Político Pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, á história e á cultura do povo trabalhador do campo”.

No Parecer n.º1.489/2002, a Comissão de Ensino Fundamental credêcia a Escola Estadual de Ensino Fundamental, Nova Sociedade, no município de Nova Santa Rita como Escola Base, para oferecer a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, nos acampamentos do Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul. A Escola Base terá como papel cuidar da vida

escolar dos Educandos da Escola Itinerante, da equipe pedagógica, da merenda e da Certificação.

É grande o número de acampamentos no Brasil, aproximadamente 110 mil famílias, tendo atualmente no Paraná 67 acampamentos com aproximadamente 13 mil famílias acampadas, cerca de 80 mil crianças, que estão em sua maioria sem escola ou em situações inadequadas para continuidade de seus estudos (escolas municipais lotadas, grande distância entre acampamento e escola falta de transporte, deslocamento do acampamento para outro município, perda de documentação da vida escolar do educando).

Tendo em vista essa necessidade, sabendo que no Rio Grande do Sul, instituiu-se a Escola Itinerante, que foi bem sucedida, o MST na semana de negociações em abril/03 com o governo do Estado do Paraná, trouxe como reivindicações a Escola Itinerante.

2.2 A Educação do Campo no Estado do Paraná

O Governo do Paraná, buscando recuperar seu papel de garantir a educação pública e gratuita para todas as crianças, jovens e adultos, se comprometeu com o MST a viabilizar através da SEED (Secretaria de Estado e Educação) a Escola Itinerante como Pública. Sendo assim a Escola Iraci Salet Strozak, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR. foi à primeira escola Base do Estado do Paraná devido ao grande número de alunos na qual essa escola estava responsável, ou seja, sendo base em diversos municípios distantes. A partir de 2006 após várias discussões entre governo do Estado do Paraná, MST e NRE o Colégio Estadual do Campo Centrão_EFMP, em Querência do Norte, passa a ser Escola Base de 3 escolas Itinerantes, a partir daí vem aumentando a demanda ano a ano.

Nesse mesmo período o Acampamento Elias Gonçalves de Meura, localizada no município de Planaltina do Paraná – NRE – LOANDA, inicia seu trabalho ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental das séries iniciais sendo organizado por ciclos e avaliados por pareceres e 5ª e 6ª Séries (Anos Finais), sendo organizada por série atendendo uma demanda de 47 alunos.

Há ainda, Escola Itinerante Construtores do Futuro, Acampamento 1º de setembro, localizada no município de Rio Branco do Ivaí – NRE – IVAIPORÃ, ofertando Educação Infantil e Educação Fundamental das séries iniciais sendo

organizado por ciclos e avaliados por pareceres e 5ª a 8ª Série (Anos finais), sendo organizada por série e avaliado por nota bimestral, atendendo uma demanda de 102 alunos.

Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, Acampamento Guairaçá, localizada em Lerroville Distrito de Londrina, NRE – LONDRINA, ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo organizada por ciclos e avaliada por pareceres atendendo uma demanda de 23 alunos.

Escola Itinerante Valmir Mota de Oliveira, Acampamento Valmir Mota, localizada no município de Jacarezinho, NRE – JACAREZINHO, ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental sendo organizados por ciclos e avaliados por pareceres e 5ª a 8ª Série (Anos Finais) e Ensino Médio, sendo organizado por série e avaliado por nota bimestral, atendendo uma demanda de 162 alunos.

Escola Itinerante Herdeiros da Luta, Acampamento Herdeiros da Luta, localizada no município de Porecatú, NRE – LONDRINA, ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental das séries iniciais sendo organizado por ciclos e avaliado por pareceres e 5ª Série (Anos Finais), sendo organizado por série e avaliado por nota bimestral, atendendo uma demanda de 46 alunos.

E por ser uma demanda de escolas públicas estaduais, em 2012 as escolas que funcionavam em distritos pequenos que tinham ou não alunos de famílias assentadas, passaram a funcionar como escolas do campo, porém o MEC não as reconheceu e os recursos que deveriam receber, seriam diferenciados da escola pública urbana, assim nada ficou caracterizado apenas foi acrescentado no nome da escola, ou seja, o Colégio Estadual Narciso Mendes - EFM, no distrito de Santa Isabel do Ivaí, passou a ser chamado de Colégio Estadual do Campo Narciso Mendes. Motivo de até o momento esta escola não receber nenhuma verba ou outro recurso para melhorias da escola do campo. Fato de essas escolas, terem uma estrutura bastante comprometida e precária. As que são verdadeiras do campo em alguns casos raros, funcionavam até 2013, em casas de sede e barracões das fazendas ocupadas, com exceção de algumas escolas de assentamentos como Colégio Centrão em Querencia do Norte.

Como as escolas Itinerantes recebem estudantes dos anos iniciais e essa modalidade de acordo com a LDBEN, é de responsabilidade das prefeituras, o Governo do Paraná garante a contratação de educadores dos anos iniciais do ensino fundamental e coordenadores detentores de habilitação legal para atuarem

nas escolas itinerantes, através do convênio firmado com Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP).

Em 2011, em função da legalidade do Projeto Político Pedagógico das escolas Itinerantes, em Ciclos de Formação Humana, todas as escolas Itinerantes (exceto Herdeiros da Luta) passaram a fazer parte da escola Base Iraci Salet Strozak, do assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu. Sendo assim, assumiu neste mesmo ano legalizar a situação do PPP por ciclo, dando continuidade ao trabalho de escola base das Itinerantes, ficando em 2011 com a escola Herdeiros da Lutas, com educandos de Educação Infantil e do 1º ano, 2ª a 4ª séries anos iniciais, sendo organizado por ciclos e avaliados por pareceres e 5ª Série (Anos Finais), sendo organizada por série e avaliado por nota bimestral.

Em 2012, o Colégio Estadual do Campo Centrão, continuou sendo escola Base da escola Itinerante Herdeiros da Luta ofertando uma turma de Educação Infantil, 1 turma de cada ano do Ensino Fundamental séries iniciais (1º, 2º, 3º, 4º, 5º ano) e 1 turma do Ensino Fundamental séries finais (6º, 7º, 8º e 9º ano) totalizando aproximadamente 60 educandos. Atualmente 286 alunos.

Em 2013 devido não legalizar o Projeto Político Pedagógico por Ciclo de Formação Humana o Colégio Estadual do Campo Centrão - EIFMP, deixa de ser escola Base das Escolas Itinerantes (Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatú). Tendo cessação temporária. No entanto, devido à falta de uma gestão voltada para as necessidades dos jovens dessa região a escola continua fechada sem nenhuma atividade voltada para a educação do campo. Os professores que trabalhavam nessa escola foram transferidos para o Colégio Estadual do Campo Centrão.

3. O pedagogo no contexto escolar do campo

Na educação do campo, apesar de tantas questões de estruturação na escola, o pedagogo do campo se apresenta como profissional de fundamental importância nas instituições educacionais, sua função vai desde a organização pedagógica, até as questões de mobilização, mediação, articulação, elaboração de projetos, dentre inúmeras outras funções de desempenho pedagógicos, sempre analisando os pontos positivos e negativos da situação, para encontrar a melhor

solução para as dificuldades que o profissional da escola do campo encontra junto a comunidade a qual trabalha.

E sendo um profissional que trabalha na educação do campo, este deve buscar aumentar seu campo de atuação, com práticas diretas ou indiretas em relação à organização e mediação da assimilação do processo de ensino aprendizagem e das metodologias utilizadas pelos os professores, tendo como meta a formação humana de todos os educandos, considerando as necessidades educativas na comunidade local e social a qual pertence.

Construir uma escola no campo significa estudar para viver no campo. Ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo e se estuda de um jeito que permitiu um depoimento como este: foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça. A escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino, não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrenta-los, coletivamente. (SOUZA, 2011, p. 26).

No entanto, a busca para se definir a função do pedagogo no campo, fica mais fácil e claro ao dizer o que este profissional não é, ou seja, o pedagogo não pode desempenhar papel de tarefeiro, quebra galho, fiscal de professores, de alunos, tapa buracos, pois ao realizar estas atividades corriqueiras, não faz mais parte de sua função, assim pode atrapalhar e muito o verdadeiro desenvolvimento pedagógico da escola, principalmente nas escolas do campo, onde o contexto do homem do campo é concebido como atrasados, simples com pessoas mais fáceis de lidar. Ou seja, qualquer ação vale a pena. Situação que leva a não fazer nada, porque se são alunos fáceis de lidar, este tem por obrigação articular junto aos professores trabalhos com o mínimo de ações que valorizem os princípios de uma proposta de trabalho para a educação do campo.

Mas, não basta somente entender assim, pois se a escola localiza no campo, esta deve ser entendida como “do campo”, com toda sua proposta pedagógica voltada para o campo, com educadores e pedagogos qualificados para a Educação do campo.

Assim, o pedagogo na realidade deveria ter como real função a articulação do projeto político pedagógico da instituição, mediando com a comunidade escolar e estabelecendo contato entre o campo administrativo/burocrático e comunitário, articulando o ensino e aprendizagem, voltados para as políticas públicas do campo, discutindo os problemas para buscar

soluções educacionais em conjunto, sendo através do conselho escolar ou do conselho de classe buscando soluções democráticas.

Assim, não pode existir justificações de privilégios por ser escola do campo, mas respeitando, a ideia de que é uma escola com necessidades e especificidades diferentes, que deve ter a mesma qualidade e função social, para não banalizar, baratear o ensino, uma vez que:

Temos uma longa história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis, para mexer com a enxada, ordenhar a vaca, plantar, colher, levar para feira... Aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas tecnologias, sementes, adubos etc. Essa visão utilitarista sempre justificou a escola do campo pobre, os conteúdos primaríssimos, a escolinha das primeiras letras. (ARROYO, 2005. P.82).

Diante dessa reflexão, fica evidente as ações de muitos professores que trabalham na escola do campo, geralmente estes para complementar carga horária, trabalham em duas escolas, uma no campo e outra na cidade e não fazem questão de demonstrar que preparam os mesmos planos de aula para as diferentes escolas, que o que difere em sua atuação é a recepção e a disciplinas dos alunos e não as necessidades educativas dos mesmos, atividades iguais para alunos diferentes, com realidades diferentes. Fica então o desafio para pedagogo da escola do campo, articular junto aos professores, atividades pedagógicas através da realização de trabalhos voltados para as necessidades do campo, das possibilidades de articulações dos conhecimentos culturalmente adquiridos e acumulados historicamente pela sociedade, fazendo parte das condições humanas para a vida, com o contexto histórico do homem do campo.

Sem este trabalho articulado e sistemático, o professor que atua na escola do campo, trabalha de forma generalista a educação escolar, difere apenas por acreditar que por serem pessoas de simples convívio, facilita a transmissão de ideários políticos e culturais, tornando as aulas sem qualidade, com mimos e conversas vazias em sala de aula, presam pela amizade dos alunos e não a competência e inteligência desses, fato que acaba inserindo a alienação política através das escolas, dificultando a atuação e mediação correta do pedagogo, que deve estar sempre realizando reflexões sistemáticas sobre a prática educativa e política desejada para a comunidade escolar do campo. Uma maneira mais formal de estar sempre chamando a atenção dos educadores.

Essas forma de pensar a escola do campo, vem principalmente de educadores que acreditam numa escola no campo sem perspectivas, com pessoas sem horizontes, que estudam para sair do campo, o que leva o professor a trabalhar sem a preocupação de implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo, sem planejar atividades que viabilizem e enriqueça a cultura dos povos do campo. Uma escola feita para pessoas importantes, que precisam acreditar e reconhecer-se como sujeitos sociais, por isso necessitam de bons profissionais para formação da consciência crítica e reflexiva sobre o mundo onde vivem, afinal, é uma escola do campo, com pessoas que precisam agir e viver do campo, e que para isso precisam de saberes culturais, sociais e científicos que fortaleçam os povos do campo, formando sua cidadania, num processo constante de formação humana, junto com suas lutas, suas histórias, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito de ser e ver a realidade local e social.

Segundo PINTO e GODOY (s/d) “tem-se procurado formar o profissional do campo de forma generalista, não com formação específica, antes contemplada nas habilitações, consta atualmente sob a modalidade de cursos de pós-graduação lato sensu em Educação do Campo, a título de Especialização”, mas muitas vezes não se concretiza na prática com os alunos. E são estas formações recebidas e especializações realizadas que faz com que acabe por tumultuar a vida profissional do pedagogo do campo, que com certeza passou pelas mesmas formações apenas para ter a certeza de vaga em escolas rurais, e que ao se deparar com a realidade da escola do campo, diante do que se espera do professor que atua na educação do campo, se vê descontextualizado em seu conhecimento. Fato importantíssimo e necessário para contextualização do conteúdo que é estudado junto aos alunos como pode ver Freitas, (2009) em seu artigo diz que:

Porém, no dia-a-dia da escola, presenciamos a figura de um pedagogo sobrecarregado à mercê das necessidades imediatas distanciando-o das propostas de contribuir com a transformação, conduzindo ao esvaziamento e equívocos em seu fazer e em sua formação. (FREITAS, 2009, p. 13).

Este pedagogo permanece sobrecarregado, por desejar realizar tudo dentro das instituições de uma vez só, mas sabe-se que para isto demanda tempo e condições favoráveis com a direção, equipe pedagógica, corpo docente e discente. Ele não pode chegar abraçando o mundo, tem que trabalhar por partes, até mesmo dentro da administração e da gestão escolar do campo, quando este leva a sério seu

P.P.P. do campo, ou seja, se o pedagogo não tiver a formação para o campo, é um profissional habilitado, mas que terá dificuldades para atuar nas escolas do campo, com poucas chances de intervir em uma educação que traga para a escola do campo, realidades do campo, o que acaba por naturalizar uma estrutura de trabalho da escola urbana na escola rural. Este precisa rever profundamente todos os objetivos e metas estabelecidas no P.P.P. da escola, criando reuniões com a participação de toda comunidade escolar, implementando ações a partir do Projeto Político Pedagógico da escola de forma democrática em todas as suas estruturas, acompanhando e orientando o trabalho de toda escola.

E considerando que o pedagogo deve dominar a sistemática e as formas de organizar o processo de formação que ocorre nas escolas, de forma a ofertar a cultura letrada dos conhecimentos sistematizados que não acontecem de forma espontânea, este deve estar atento aos planejamentos dos professores do campo, acompanhando, orientando, mediando e articulando esse espaço para que ocorra de forma fácil e adequada a aquisição e construção do processo de ensino aprendizagem do conhecimento sistematizado, aproveitando o que o aluno já possui de conhecimento de sua realidade e cultura sobre o campo.

Com este ponto de partida, será dada ao aluno a oportunidade dentro da educação do campo, para ter condições de se tornar alguém mais letrado e não somente receber uma preparação para o que o mercado de trabalho, preparados para uma nova geração de conhecimentos que tem que possuir o domínio para a vida em sociedade.

Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências e transformá-los em um movimento consciente de construção de escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua história própria história. (VERSARI, 2009, p78).

Portanto, todo profissional deve ter responsabilidade social junto à escola do campo, pois ele é um profissional necessário para as articulações, planejamento, mediações, reuniões, orientações e demais funções pedagógicas, auxiliando o professor no processo de ensino e aprendizagem do conhecimento científico, articulando os vários conteúdos e na procura por um projeto pedagógico curricular político coerente com a realidade do campo, pois é função da escola do campo, com o auxílio pedagógico, ensinar de modo que se aprenda, pois a escola é um campo

social complexo, com várias tarefas cotidianas que tendem a se complicar cada vez mais.

Portanto, não adianta a presença de vários profissionais especializados, fragmentando a educação do campo a partir de cada problema que surge, assim corre-se o risco de perder a especificidade da escola através da fragmentação e da burocratização das relações escolares e humanas.

Nesse sentido, o pedagogo do campo deve coordenar a função pedagógica do professor do campo, deve articular diálogos entre todos os sujeitos, com os quais possui relação dentro da instituição, orientando, para que se possa chegar a uma solução pedagogicamente mais adequada para cada situação e realidade local e social, pois, ao ensinar a educação, espera-se que se possa ter uma ação intencional e política, pois assim se ensina ao aluno a viver, agir, conviver e reagir na vida em sociedade.

Dirigir e coordenar são tarefas que canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetivos e metas estabelecidos. Tanto os pedagogos especialistas quanto os professores precisam estar aptos para dirigir e coordenar, em alguma instância de seu exercício profissional. (LIBÂNEO, 2001, p. 179)

Pelo exposto, fica claro que o pedagogo esteja ele em qualquer espaço educacional, campo ou cidade é um profissional de capacidade específica no processo de ensino aprendizagem com conhecimentos da área pedagógica, ou seja, é um profissional especialista e polivalente com a cultura letrada a toda e qualquer atividade, dentro de qualquer instituição.

Assim, o pedagogo é o profissional da educação que passa ser formador de homens em diferentes espaços e diferentes práticas educativas, de forma crítica, criativa e de forma transformadora, atuando na organização dos processos educativos, dando oportunidade com formações continuadas para estes profissionais que mostram interesse e compromisso por sua atuação enquanto pedagogo.

Sabendo sua real função e por atuar no campo é indispensável que enquanto pedagogo prime por uma escola de qualidade, atuando da melhor maneira possível. Essas atividades refletirão na relação de trabalho com os professores, com os pais e com os alunos, por um processo dialógico na construção de saberes e respeito pela educação.

Trata-se, pois de educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos: intencionalidade no desenvolvimento humano, pensando, pensado a especificidade da educação da infância e da juventude, da idade adulta, dos idosos... e com uma intencionalidade política explícita: não queremos ajudar a formar trabalhadores do campo, que se conformem aos modelos de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implementação de um outro projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo.(SOUZA, 2008, p. 152).

Ao pensar dessa forma se entende que a formação do pedagogo do campo, deve ser carregada de uma bagagem de conhecimento sobre a realidade do campo, com importantes conhecimentos para formação e desenvolvimento da educação no campo, em que contribui para melhoria da qualidade de ensino nas escolas, também para a formação de profissionais habilitados para atuar no ensino, nas organizações e também nas gestões de unidades de MST, auxiliando a produção e construção do conhecimento em várias áreas da educação, como compreensão do fenômeno educativo da realidade no campo considerando a prática e a teoria do processo de construção de conhecimento sistematizado em seu contexto social e cultural.

A entrevista individual é também, um procedimento útil para reunir o coordenador pedagógico e o professor, nesse caso, é um importante momento de formação continuada para ambos, é um trabalho integrado, de cooperação mútua que visa o acompanhamento do trabalho em sala de aula para aprimoramento do ensino, mediante a reflexão, o diálogo e a tomada de novas decisões. (LIBÂNEO, 2001, p. 231)

E com tudo isso, se sabe que estes profissionais formadores, instrutores, mediadores, consultores, organizadores, articuladores e orientadores de todas as atividades pedagógicas dentro da instituição, às vezes tem sido um profissional generalista, realizando todas as atividades possíveis dentro da escola pública, gerando angústia e insatisfações no dia a dia de seu trabalho.

Estas angústias vão desde a não aceitação da realidade escolar, da falta de compromisso de alguns professores da escola, da direção desarticulada dos princípios administrativos no campo, até a falta de motivação dos pais para acompanhar seus filhos na escola. Muitas vezes, essas angústias, deixam alguns pedagogos desmotivados, realizando tarefas corriqueiras, como organizar filas de entradas para as salas de aulas, separar brigas, vistoriar pátios, ir atrás de alunos que matam aula, acobertar situações para professores dentre outras tarefas, discutindo e resolvendo os problemas de forma paliativa, sem articular novos e

diferentes meios sobre a ampla rede de conhecimentos, tendo como objetivo apenas manter a escola funcionando, deixando de lado seu principal papel de mediador e facilitador dos projetos da escola.

Entre os inúmeros trabalhos desenvolvidos pelos pedagogos, poucos são o que realmente condizem com a função de articulador dos processos de ensino e aprendizagem, ação imprescindível na organização do trabalho coletivo na escola. Dadas as condições de muitas escolas estes profissionais acaba exercendo mais o papel de alguém que soluciona problemas de ordens diversas, muitas vezes não relacionadas às suas atribuições. dessa forma, acaba não encontrando espaço para articular os profissionais da escola para juntos elaborarem uma ação pedagógica mais efetiva. (VERSARI, 2009, p.34).

Assim, verificamos que as fragilidades na função do profissional pedagogo demonstra que como mediador do P.P.P. da escola lhe falta, autoridade de coordenar as ações a ele atribuídas junto à comunidade escolar que direta ou indiretamente reflete no trabalho dos professores e resultados da aprendizagem dos alunos na sala de aula. Uma angústia que também vem de saber de sua impotência diante da realidade educacional, sistemas de avaliação incoerente com a realidade da escola e dos alunos, que ao se verem sem apoio e sem respostas, resta-lhe mascarar seu trabalho e fugir de suas responsabilidades diante de tantos desafios e problemas educacionais. LIBÂNEO (1999) coloca que “[...] a questão mais relevante, todavia, é o esvaziamento dos estudos sistemáticos de educação e a descaracterização profissional do pedagogo”. Vale ressaltar que, se é função do pedagogo acompanhar e orientar as especificidades da escola, estes devem conhecer e ter como meta ao menos o possível no ambiente escolar que é garantir aprendizagem de forma democrática avaliando os resultados junto a comunidade escolar. Como prescrito na LDB;

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I -participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II -participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15º. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (LDB, 9394/96).

No projeto político pedagógico devem estar prescrita as condições políticas históricas da escola, seus marco, conceitual, observando as formas de alienação e dominação através da mesma, para que se possa reconhecer a importância de

implementação das regras, direitos e deveres educacionais no projeto político pedagógico sobre a escola, marco procedimental, sendo acompanhado e orientado pelo pedagogo deixando como meta para a escola o objetivo de fortalecer o processo de ensino aprendizagem expostas nos planejamentos educacionais, num trabalho conjunto de materializar os saberes disciplinares de cada área da educação. Por isto, os pedagogos do campo devem dar suporte para os trabalhos dos professores, explorando os conhecimentos adquiridos em sua área, utilizando a teoria juntamente com a prática, sugerindo aos professores as melhores maneiras e metodologias de ensino, para que o aluno se aproprie dos conteúdos trabalhados, de forma significativa, mudando seus comportamentos, refletindo suas atitudes diante da realidade educacional.

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escolas matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, sua cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo...prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola a partir do seu lugar e dos seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade. (ARROYO, 2005, p. 157).

Esta compreensão facilitará o alcance dos objetivos de ensino e aprendizagem dentro de uma natureza dialética, que não pode ser de forma alguma uma educação neutra, pois os conteúdos possuem finalidades educativas de forma transformadora e sistematizada, no qual o indivíduo se transforma com o viver, se humanizando a cada dia, desenvolvendo social e culturalmente, de forma a possibilitar a aquisição dos instrumentos simbólicos de sua realidade para viver a realidade do campo e transformá-la.

Conclui-se, portanto, que a real função dos pedagogos que atuam na educação do campo, permeia ainda que de forma significativa para aquele momento, atividades corriqueiras do dia-a-dia, que vem a influenciar muito nas atitudes e ações dos pedagogos escolares, em que as tarefas corriqueiras fazem parte dos afazeres pedagógico, no qual os pedagogos os realiza, mas também exerce sua função ideal, aos poucos, buscando sempre realizar a articulação e mediação ao processo de ensino e aprendizagem.

4. CAMPO DE PESQUISA

4.1 Instrumentos utilizados na Pesquisa de Campo

1 - Como você analisa as reais condições da Escola do Campo?

Não vejo diferença no atendimento ou recursos que caracterize essa escola como uma Educação do Campo. Temos aqui a mesma atenção que é dada as escolas urbanas, os recursos federais continuam sendo pelo senso escolar, não há uma preocupação com as necessidades educacionais do aluno do campo. Existem as ofertas de programas do governo federal, porém a ação do governo federal com estes programas está diretamente ligada aos Estados e Municípios que são os principais atores na oferta da educação básica.

Para isso, todo financiamento e regulamentação passam pela lógica dessa oferta na escola uma vez que esta não pode perder de vista o seu papel social diante da sociedade. Isto porque, todos esses programas acabam por nortear as ações da escola, no qual diante de sua adesão corre-se o risco de forjar as condições sociais e culturais da escola do campo, porque os programas que realmente necessitamos, depende de outras infraestruturas na escola, e aqui no campo, a internet é ruim, necessita-se de novas instalações para que haja a materialização desses programas.

Portanto, é fundamental não perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetiva o ensino-aprendizagem, pelos aspectos organizacionais, estruturas e, conseqüentemente, pela dinâmica com que se constrói o projeto político-pedagógico e se materializam os processos de organização e gestão da educação básica. (DOURADO, 2009, pg.02).

Nesse contexto, entende-se que a educação voltada para a comunidade do campo, como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, deve privilegiar, a escola como local de realização de projetos de vida, de produção e apropriação do saber, no qual se acredita que para a adesão de alguns programas a escola precisa rever com a comunidade qual a relevância para eles e não para a escola. Sem isto, apenas acrescentamos o numero de funcionários, de programas, de projetos que não contribuem para o processo de conhecimento e organização do povo que vive no campo. Sem esta preocupação, toda a adesão passa ser armadilha diante dos limites e perspectivas desses

programas ofertados pelo governo Federal. Como afirma Dourados, o PDDE, por exemplo, “busca criar o consenso em torno da ideia de que a melhoria da educação estaria na adoção dos parâmetros do mercado, com a aplicação de estratégias da empresa privada na gestão da escola pública”. (DOURADO, 2009, pg.11).

Já que se acredita que o PDE, o PDDE e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares foram implantados pelo Governo Federal objetivando contribuir para o processo de democratização da escola.

2 - Como anda as condições de infraestrutura e didático pedagógicas na Escola Estadual do Campo Centrão – EIFMP?

Muito difícil. Porque os professores que trabalham na escola do campo, na grande maioria provêm da cidade, não conhecem a realidade dos alunos do campo, trazem ideias prontas das escolas da rede urbana, como indisciplina, falta de interesse entre outros, e quando se deparam com alunos que tem comportamentos diferenciados dos alunos da escola urbana, mais interessados, com cultura bem mais estruturada, em que trazem para escola uma visão mais séria de educação, são mais comprometidos, se acomodam pela facilidade de ensinar, brincam e se divertem com os alunos na sala de aula, trazendo um modelo didático engessado, ensinando o mínimo necessário, não despertando no aluno a criticidade. Como se sabe, se a escola do campo desenvolvesse ao menos no aluno a capacidade de pensar sobre as verdades impostas no meio onde vivem, compreenderia melhor sua situação no campo, não aceitariam qualquer aula, com certas imposições de tradições, costumes, conceitos, crenças, comportamentos e ideias sem questionar e refletir sobre os assuntos que estão discutindo. Interessante é que muitos que estão fora da escola têm uma frase pronta: - “Na escola do campo, existe uma ideologia dominante (conjunto de crenças, valores e opiniões) que se os professores não acatarem são convidados a sair da escola”. MITO! Ou talvez no passado foi assim.

Na verdade muitos pais nem sabem quem são os professores de seus filhos, poucos reconhecem a necessidade de participar da escola. Por isso, insisto em dizer que as necessidades de nossa escola são diferentes da escola da rede urbana, temos que ter um planejamento sério e comprometido com as necessidades reais dos nossos alunos, e os professores resistem em fazer um plano próprio da escola,

tendem a entregar o mesmo plano dos que utilizam nas escolas da cidade, embora entendemos que é esse o principal desafio do pedagogo do Campo.

Aqui no Colégio Estadual do Campo Centrão, desde o ano de 2010 estamos com uma taxa de rendimento escolar com média de proficiência de 2,7, considerada muito baixa numa escala de 0 a 10. E essa média é sinalizada por motivos muito claros que contribuíram de forma negativa para o colégio que são:

1º – Condições do processo de ensino e aprendizagem: Neste colégio 90% dos professores trabalham em regime PSS, alguns ainda acadêmicos, o que fragiliza o ensino e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos. Estes professores são também temporários, trabalham com aulas picadas em vários colégios do município, no qual poucos participam das necessidades educativas e reuniões do colégio.

2º – Taxas de abandono: Por ser uma escola do campo, esses alunos também são faltosos, pouco participam das aulas em dias chuvosos e época de colheitas, mesmo que a escola organize os horários, esses alunos alegam cansaço e faltam diariamente sem muita responsabilidade com a escola. Alguns até desistem. (motivo das taxas de abandono escolar, e retenção). Isto posto acredita-se que todos esses elementos contribuem para os resultados da Prova Brasil e SAEP que temos de resultado até o momento.

3º – Prática pedagógica: O colégio possui uma infraestrutura em boas condições, inclusive com materiais pedagógicos variados, porém, o corpo de docentes não sabem ou não entendem como utilizar e por isso, incorporam muito pouco esses materiais em sua prática pedagógica, mesmo com incentivos e encaminhamento dos pedagogos, alguns chegam a dizer que não há tempo para inovar com os alunos do campo. Ou seja, vemos essa insegurança na base de sua formação acadêmica, ou até mesmo por estes serem acadêmicos ainda. Isso é o que mais inviabiliza o trabalho da direção e equipe pedagógica. Com isto entende-se aqui outro elemento que interfere na média do IDEB que são as condições de trabalho docente e dos técnico-administrativos.

4º – A condição social e cultural: A comunidade escolar em um todo, são alunos de classe baixa, moradores em assentamento do Movimento Sem Terra (MST), os pais na grande maioria são analfabetos e ou analfabetos funcional, que pouco participa das atividades escolares, já foram em outros períodos bem mais participativos, devido há um grande movimento de imigração e emigração, no grupo de assentados, muitos perderam um pouco da importância dessa participação. São

estas também as principais questões sociais emergentes que interferem diretamente no fazer pedagógico, sendo todo esse contexto a cima que reflete diretamente na nota do IDEB do colégio.

Talvez, o que necessita urgente é a seriedade na tarefa de educar, medidas simples, mas que demandam empenho, mudança de postura pedagógica e responsabilidade profissional do corpo docente. Isso porque alguns professores tendem a naturalizar o perfil dos alunos, demonstrando um jogo de culpados no interior do colégio, a direção acredita que parte dessa nota demonstra a falta de formação dos professores, os professores acreditam que são devido a pouca participação dos alunos nas atividades escolares e participação dos pais na escola. Mas, se analisarmos as notas de outros colégios vemos que o que as escolas campeãs em notas têm de diferente, no geral, é seu empenho em ensinar, ou seja, a formação profissional e o compromisso de cada educador com seus alunos. No nosso caso com a realidade dos alunos da comunidade do campo. O que precisa mesmo é mais atuação da equipe pedagógica e administrativa no envolvimento de todos nessa tarefa de ensinar no campo e para o campo, mobilizar a comunidade escolar, com reuniões sobre essa nota do IDEB, instigar e criar junto à comunidade um compromisso com os resultados escolares, pois muitas vezes os pais nem sabem como ajudar a escola nessa tarefa de educar.

Já sobre a infraestrutura temos o Programa Dinheiro Direto na Escola que é destinado à aquisição de material permanente e de consumo necessários ao funcionamento da escola, pequenos reparos e à capacitação e ao aperfeiçoamento de profissionais da educação. E o repasse do PDDE é anual, e como os pais não conhecem este recurso devido a falta de interesse nas reuniões, o programa perde força na escola, até porque o governo federal redirecionou o Conselho Escolar, que antes era um espaço de participação coletiva e deliberativa é hoje uma unidade executora porque assim exige o programa, transformando às vezes esse Conselho num espaço de disputa política entre diferentes segmentos da educação, o que não devia, pois a escola do campo carece desses recursos do governo federal, sem muito burocracia na definição dos gastos.

3 - O trabalho com a Equipe Administrativa e corpo docente se dá de que forma?

Somos uma equipe bem unida. Mas falta planejamento das ações. Temos que mobilizar toda equipe pedagógica e administrativa em busca de projetos de leitura e produção, para maior utilização da biblioteca da escola. Por ser uma escola do campo, é bem ampla e totalmente equipada com vários livros de diversas áreas. Mas, para isso, a direção precisa atuar com liderança pedagógica nesse processo, é dele que vem todo empenho que possa favorecer projetos pedagógicos mais eficazes, que facilitam a participação de todos, principalmente apoiando e valorizando o trabalho docente, por meio de análise dessa média 2,7, junto ao Conselho Escolar e Conselho de Classe, acentuando a postura de gestão democrática e participativa, pois essa postura promove uma visão mais compartilhada de toda comunidade escolar diante do desempenho dos alunos.

Portanto, são ações bem simples em se reunir sempre, 3 a 4 vezes por ano, para buscar ações em conjunto, pois essas ações fazem parte das associações positivas da nota de proficiência do IDEB da escola. E preciso atentar que somente julgar os elementos externos à vida estudantil de nossos alunos, como a renda domiciliar percapita, as condições de moradia e a taxa de alfabetização de seus familiares, pouco corresponde à média do IDEB, pois a participação e trabalho da equipe escolar é fundamental nesses resultados, sem essa visão com certeza a tendência dos professores e equipe pedagógica é naturalizar o problema da comunidade do campo, como desinteresse, falta de cultura entre outros, e pouco fazer para o trabalho e melhorar a Proposta de Educação do Campo, esse cenário tão emergente no colégio. Sabemos que a maioria das escolas públicas brasileira atende uma grande porcentagem de alunos com baixo rendimento escolar com baixa proficiência, reprovação e distorção idade/série, no qual mesmo que analisada de várias formas inclusive em concepções mais individuais de suas famílias, estando estes matriculados passa ser da escola a responsabilidade pela sua promoção cultural e conseqüentemente social. Aqui em Querência do Norte, é uma ação de responsabilidade de todos que chegam nessa escola para lecionar.

4 - O que você chama de questões urgentes e emergentes deste colégio enquanto pedagogo que atua na educação do campo a mais de oito anos?

Necessitamos de pessoas interessadas na educação desses alunos. A comunidade de assentados que são da comunidade escolar atual, não são mais os

mesmos de quando a escola foi construída, por isso não apresentam mais as mesmas necessidades dos pais que tínhamos antes. Poucos entendem as necessidades da educação para seus filhos. Outro agravante é que mesmo com convites, bilhetes, telefones, a própria comunidade escolar, inclusive alguns professores se mostram desinteressados em participar das reuniões para decidir o trabalho pedagógico. O dinheiro do PDDE, muitos nem sabem que existe, talvez por falta de esclarecimentos por parte da gestão, ou falta de conhecimento da natureza escolar, da função do diretor da escola, que faz uma gestão muito fechada e burocrática, pouco se comenta sobre necessidades educativas e recursos recebidos. A participação é um desafio constante para quem realmente deseja o perfil da gestão democrática na escola pública. Outro aspecto a ser considerado é o fato de o PDDE possibilitar às unidades escolares a gestão de pequenos recursos, porém isso não efetivou a democratização nos processos de deliberação coletiva, restringindo a autonomia à gestão financeira da escola.

Como reafirmado por Dourados que:

Tais constatações evidenciam limites estruturais à lógica político-pedagógica dos processos de proposição e materialização das políticas educacionais, configurando-se, desse modo, em claro indicador de gestão centralizada e de pouca eficácia pedagógica para mudanças substantivas nos sistemas de ensino, ainda que provoque alterações de rotina, ajustes e pequenas adequações no cotidiano escolar, o que pode acarretar a suspensão de ações consolidadas na prática escolar sem a efetiva incorporação de novos formatos de organização e gestão. (DOURADOS, 2009, pg.6)

Diante desse quadro e olhando pela lógica da necessidade de recursos que a educação do campo enfrenta, mesmo que algumas questões sobre a gestão não sejam satisfatórias a escola precisa desses recursos, embora estes não provoquem diretamente a necessária mudança na cultura institucional diante o do processo de ensino aprendizagem, mas que de forma indireta acaba alterando a lógica da função social da escola pública, no qual os gestores para cumprir obrigações assumidas junto ao governo federal, agem supostamente movidos pelo princípio da gestão democrática, mas não a constituem enquanto natureza educativa.

Este problema quer entendemos ou não, reflete a ampliação de oportunidades educacionais na educação básica, assegurando políticas de gestão que envolva a participação da sociedade tanto na formulação quanto na implementação dos mesmos. O que demanda um novo perfil de gestor na escola

pública, cargo que hoje já não é para quem gosta da escola, mas, para quem tem competência e conhecimento das ações políticas e pedagógicas para estar lá.

4.2 ANÁLISE DA PESQUISA

O Colégio Estadual do Campo Centrão EIFM, é uma escola do campo, mantida pela Secretaria do Estado da Educação, que antes era totalmente ligada ao movimento MST, no qual tinham princípios da educação do campo. Com o tempo esses assentados foram embora para outros assentamentos, deixando as terras para seus filhos e parentes próximos, deixando uma lacuna no bem maior que conquistaram para sua comunidade, sua escola.

Os professores e diretores da época participavam das reuniões do movimento MST, recebiam capacitação para atuar nas escolas do campo, e a comunidade era sempre presente nos eventos escolares, principalmente para fazerem “A mística” que é um ritual político que fazem para manter a identidade dos assentados, é uma necessidade de construção e reconstrução da identidade política e coletiva dos trabalhadores assentados. E todos os anos os professores se organizavam para também participarem desses momentos.

Desde sua origem essa escola sempre se identificou como lugar de assentados que luta por terras, educação e melhores condições de vida para todos, inclusive seus filhos estudantes.

Hoje, o que inviabiliza esse e outros trabalhos na escola é essa falta da presença dos pais que com o tempo foram mudando para outros assentamentos, os que chegaram, herdaram ou compraram as terras, tem necessidades diferentes e vê na educação uma forma do filho não trabalhar na propriedade e uma forma do filho sair da terra, e acreditam que a escola traz a cidade como uma proposta melhor de vida, e coloca o campo como algo retrogrado, culturalmente atrasado. Diante disso falta na escola, um pedagogo no campo, e do campo, que acompanhe o trabalho dos professores, que trabalhe com os pais, com a comunidade, para que estes entendam que a escola promove a inclusão e a valorização do espaço rural, para que os filhos dos agricultores possam ter uma visão do campo, não como local retrogrado, mas um local de vida e trabalho diferente da cidade.

Promovendo uma ação educativa que leve os pais a incentivar seus filhos na escola, que os eduque a utilizar esse espaço com responsabilidade e seriedade, porque os que lá estão hoje não tem responsabilidade, são ausentes, precisam de

um gestor mais próximo de suas necessidades. Sem este, a maioria dos pais só priorizam o trabalho nas terras, não ligam se os filhos deixaram de estudar, não participam mais da escolaridade dos jovens, apenas com os seus filhos pequenos. Comparecendo na escola apenas quando convidados, mas sempre na sua minoria. Isto porque se perdeu a cultura da educação do campo, o Estado também não oferece condições de educação do campo, no Colégio Estadual do Campo Centrão, só tem internet na secretaria da escola, algumas vezes para os professores e alunos, dependem do gestor pagar a empresa fornecedora, os professores quase não reclamam, se acomodaram diante da postura do gestor que leva a todos a pensar e refletir as dificuldades do campo, por isso tudo se naturalizou.

Os pais e professores, por falta de incentivo do gestor que atua já por mais ou menos dez anos na escola, e por não terem vivenciado a luta por terra e por escola, não conhecem a história dos professores do passado e a escola que tem hoje são com professores da cidade, que também não vivenciaram as propostas do ITERRA, por isso planejam aulas que não são condizentes com a realidade dos alunos. Assim, um dos principais problemas da escola é que todos os professores são da cidade, e passageiros, pois (99%) noventa e nove por cento desses são contratados em regime PSS, devido ao trajeto de difícil acesso, os professores que são QPM, não ficam muito tempo lecionando no campo. Isto dificulta o trabalho sério e sistematizado, pois quem não viveu a luta, quem não vive a luta, quem não conhece a história, não sabe contextualizar o conteúdo, uma vez que é necessário que os docentes compreendam o contexto do lugar onde trabalham, para conseguir efetuar uma prática docente próxima da realidade dos alunos.

Somente a partir dessa compreensão que podemos propor uma mudança nos planos de trabalho de cada professor com uma metodologia comprometida com a escola com os educandos e com a comunidade.

Portanto de nada adianta uma escola que tem todos os dias transportes para todos os alunos, com grande refeitório, salas amplas, quadra de esporte coberta, sala de informática, mas sem uma comunidade ativa e dinâmica, que saiba reivindicar e usufruir de seus direitos e deveres.

De nada adianta manter as crianças e jovens educados no campo, se o processo educativo que ali se ministra não efetua a valorização deste lugar, fazendo com que as crianças não se reconheçam como sendo parte do campo, e vejam não o campo, mas a cidade como um local melhor de viver.

Falta ali um gestor que compartilhe ideias que elabore junto com sua comunidade o Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma coletiva e participativa, para que juntos possam reestruturar toda sua concepção de educação, pois ter e reconhecer uma escola no campo é muito importante para os agricultores que lá residem e estudam. Por isso, acreditamos que a busca por uma nova educação do campo possa unir forças da comunidade que residem no campo, num contínuo diálogo para a melhoria de vida das pessoas que estudam no Colégio Estadual do Campo Centrão-EIFM.

5. Considerações finais

Pensar numa educação do campo é unir forças entre comunidade escolar e políticas públicas no qual todas as instituições que atuam no campo, possam estar em constantes diálogos para melhoria da condição de vida da população que vive no campo. No caso do Colégio Estadual do campo Centrão – EIFMP deve-se reaprender a ensinar no campo, para o homem do campo, especialmente porque os assentados que lá residem não vivenciam a luta pela educação do campo. Precisam de estudos, reuniões que os motivem a valorizar as escolas do campo, como seu por direito, devido à luta pela escola por seus conterrâneos nos tempos passados, sendo este o principal desafio para os pedagogos que trabalham por uma educação do campo, tornar a escola viva e dinâmica, pautada em princípios democráticos de educação do povo do campo.

A escola do campo deve oferecer um espaço rico de possibilidades aos alunos, em que para isso, será necessário abrir um espaço de diálogo para construção de uma educação séria e comprometida com a comunidade e contexto histórico de seus alunos. Não a tempo de esperar, cruzar os braços é tempo de lutas, por escolas melhores, com qualidade, que promova o conhecimento dos sujeitos do campo, uma educação de trabalhadores, que precisam de escola que possibilite a construção da criticidade diante das próprias condições de existência no campo, que busque o enfrentamento das condições estruturais de trabalho, a fim de incidir sobre os rumos de sua própria educação.

Portanto, as experiências e teorias aqui descritas, sobre a educação do campo, vem destacar a necessidade e identidade de pedagogos para educação do campo, que reconheça a natureza dessa escola, para os sujeitos do campo,

participantes de movimentos sociais, com necessidades educativas tanto no âmbito familiar como social e cultural.

6. Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzáles. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Arroyo, Miguel; Fernandes, Bernardo M. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, acessado em 16/07/07.

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. **O trabalho docente nas escolas de assentamento do MST**. In: Vendramini, Célia Regina (Org). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis, NUP/CED, 2002.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural** : das experiências á política pública. Brasília, Ed. Núcleo estudos agrários e de desenvolvimento rural sustentável, 2003.

COLEÇÃO. **Por uma Educação do Campo** – Volumes 1,2,3,4,5.

CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2 – número 2 – 2004.

DOURADO, L.F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil**: limites e perspectivas. *In*: Educação e Sociedade: revista de ciência da educação. Campinas: Cortez/CEDES. 2009. V.28, Nº 100.

FREITAS, Denise Vilane Veiga de. **A identidade e atuação do pedagogo no contexto escolar no estado do Paraná**. Acessado em 21/03/2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação**: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão

democrática da educação : atuais tendências novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Lei no. 9.394 de dezembro de 1996. MEC.

MEC. Relatório do Seminário sobre Educação do Campo. Brasília, outubro de 2003.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: Introdução a pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1991.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-critica**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. PIMENTA, S.G. Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança. In: Revista Educação e Sociedade, Campinas: Cedes nº.68, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientador educacional ou pedagogo**. PUC/SP, s/d.

PINTO, Adriana Aparecida; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim. **O (des) caminhos da atuação do pedagogo na escola pública**: vivências e inquietações no Estado do Paraná, acessado em 21/03/2009.

PIRES, Ivanise Vitoriano da silva; BASTOS, Carmem Célia B. **A função do professor pedagogo no cotidiano da escola pública**: uma compreensão possível? acessado em 21/03/2009.

SAVIANI, D. O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. In: Revista da ANDE, São Paulo: Cortez, nº. 9, p.27-28, 1985.

SOUZA, Maria. Antônia. de. A Educação é do Campo no estado do Paraná? In: SOUZA, M. A. de (org.). Práticas Educativas no/do Campo. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Licenciatura em pedagogia**: incertezas, utopias. Campinas: Papyrus, 1997.

VERSARI, Zélia Coral. **O pedagogo e o trabalho coletivo na escola:** uma articulação necessária. PDE/PR, 2009, acessado em 21/03/2009.